

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.
- As questões desta prova devem ser resolvidas exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

-- PROVA OBJETIVA --

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO PENAL

Questão 1

A respeito de percentuais aproximados de arrecadação de impostos dos entes federados, na atualidade, julgue os itens a seguir.

- I Impostos federais: responsáveis por cerca de 5,5% das arrecadações.
- II Impostos estaduais: responsáveis por cerca de 28% das arrecadações.
- III Impostos municipais: responsáveis por cerca de 60% das arrecadações.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 2

Acerca das principais características do diferencial de alíquota (DIFAL) do ICMS, tema bastante discutido no ano de 2021, em virtude de sua aprovação no Congresso Nacional, julgue os próximos itens.

- I Incide sobre operações interestaduais e consiste na diferença entre a alíquota interna do estado destinatário e a alíquota interestadual.
- II A responsabilidade pelo recolhimento do ICMS é do destinatário quando ele não é contribuinte desse tributo.
- III O tributo é devido pelo próprio destinatário quando o comprador é consumidor final contribuinte do ICMS.
- IV O DIFAL pode ser instituído por lei ordinária.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e III estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens II e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 3

Com relação à imunidade tributária, regra de não incidência prevista na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A Imunidade religiosa afasta a incidência de tributos sobre as entidades religiosas cristãs.
- B Imunidade das instituições representativas afasta a incidência de impostos sobre sindicatos patronais.
- C Imunidade de obras musicais afasta a incidência de impostos sobre obras de autores ou intérpretes brasileiros, mesmo que a produção tenha sido realizada no exterior.
- D Imunidade recíproca afasta o dever dos entes políticos, das empresas públicas e das sociedades de economia mista que prestem serviços públicos de cobrarem impostos entre si.
- E Imunidade cultural afasta a incidência de impostos sobre a tinta destinada à impressão de livros, jornais e periódicos.

Questão 4

No que concerne aos princípios específicos que devem reger o exercício da tributação, conforme a CF, assinale a opção correta.

- A É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a estado, ao Distrito Federal ou a município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.
- B O princípio da capacidade contributiva determina que, sempre que possível, impostos, taxas e contribuições de melhoria devem ter caráter pessoal e ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- C O princípio da irretroatividade define que é vedada a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, exceto daqueles não alcançados pela prescrição.
- D Há vedação constitucional da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro e antes de decorridos noventa dias da data de publicação da lei que os instituiu ou os modificou.
- E O princípio da liberdade ao tráfego veda aos entes políticos estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, inclusive no caso de cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.

Questão 5

Considerando-se que “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (artigo 3.º do Código Tributário Nacional), julgue os itens seguintes.

- I No caso da prestação pecuniária, a expressão “ou cujo valor nela se possa exprimir” autoriza a utilização de indexadores da economia como forma de atualizar a moeda e, também, a dação em pagamento de bens imóveis.
- II Os tributos são instituídos para o custeio da máquina pública, e não como forma de sanção.
- III A cobrança do tributo realizada pela administração fiscal deve ser feita de maneira vinculada, não comportando análise de conveniência ou oportunidade por parte do agente.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 6

Para cobrar uma dívida de natureza tributária ou não tributária, é necessário seguir alguns passos até a constituição definitiva do crédito tributário. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A Uma obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em tributo devido, o que autoriza a sua imediata inscrição na dívida ativa.
- B O sujeito passivo da obrigação principal é responsável tributário quando tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, já que tal obrigação decorre de disposição legal.
- C A autorização dada pela CF aos entes federados para criação, modificação ou revogação de lei (competência tributária) é indelegável, salvo atribuição das funções de realizar o lançamento tributário, inclusive por meio de outorga à iniciativa privada.
- D Um exemplo clássico de lançamento por homologação é o do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, que é feita pelo próprio contribuinte ao entregar a declaração e reconhecer o débito fiscal.
- E O ato, no lançamento por declaração, é praticado exclusivamente pela autoridade administrativa fiscal, sem a participação do contribuinte.

Questão 7

No direito tributário, é necessária a comunicabilidade com outras áreas do direito. Nesse sentido, eventualmente, o contribuinte, por ação ou omissão, acaba deixando de cumprir as obrigações principais e acessórias, o que gera responsabilidade em sentido genérico. Com relação a esse tema, assinale a opção correta.

- A Constitui crime praticado por servidor ou empregado público fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de cobrar o pagamento de tributo.
- B A tipificação de um ilícito tributário deve restringir-se a infrações de maior potencial lesivo, e as infrações de menor gravidade sujeitam-se à esfera administrativa.
- C Constitui crime praticado por servidor ou empregado público exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer porcentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.
- D Constitui crime praticado por particular extraviar livro oficial, processo fiscal ou outro documento de que tenha a guarda em razão de sua função, ou, ainda, sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, de forma a acarretar pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.
- E Constitui crime praticado por servidor ou empregado público utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária apropriar-se de informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à fazenda pública.

Questão 8

A respeito das infrações administrativas e penais contra a ordem tributária, contempladas no ordenamento jurídico e reafirmadas por jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A A simples falta de recolhimento de tributo ou o recolhimento a menor é considerado crime contra a ordem tributária.
- B A caracterização do dolo, ou seja, do intuito de lesar, de fraudar e de sonegar tributos, é desnecessária, em alguns casos, para a tipificação de crime contra a ordem tributária.
- C A conduta de deixar de recolher aos cofres públicos o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) devidamente declarado não configura crime, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).
- D A representação fiscal para fins penais somente pode ser realizada depois de esgotada a fase administrativa de revisão do crédito tributário.
- E O crime de apropriação indébita caracteriza-se quando o contribuinte omite ou mente com o intuito de pagar menos ou de não pagar o tributo que seria devido se não fosse essa conduta.

Questão 9

O contribuinte pode valer-se do planejamento tributário agressivo (elisão tributária) para reduzir o montante do tributo devido. Julgue os seguintes itens acerca dos elementos que podem, a depender do caso e após análise contextual, configurar tal planejamento.

- I Atos sem propósito negocial.
- II Atos contraditórios praticados em curto espaço de tempo.
- III Atos praticados com partes relacionadas.
- IV Atos mais complexos que o necessário.
- V Atos sem substância econômica.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- B Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- C Apenas os itens II, III e V estão certos.
- D Apenas os itens III, IV e V estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 10

Configura o instituto da evasão tributária a ação do contribuinte de

- A revelar a ocorrência do fato jurídico tributário e pagar o imposto devido.
- B apresentar declaração, condição ou cláusula, ainda que verdadeira, com vistas à redução do valor do tributo devido.
- C defender a não aplicação da tipicidade penal.
- D fazer o que não está vedado em lei.
- E antedatar instrumento particular.

Questão 11

Em relação aos aspectos dogmáticos do direito penal tributário, assinale a opção correta.

- A** Em regra, todos os ilícitos tributários configuram simultaneamente infrações administrativas e crimes contra a ordem tributária.
- B** Independentemente de valoração de aspectos subjetivos da conduta, pratica crime contra a ordem tributária o indivíduo que deixa de recolher o imposto devido.
- C** As condutas fiscais penalmente relevantes estão previstas exclusivamente na Lei n.º 8.137/1990.
- D** As expressões “direito penal tributário” e “direito tributário penal” são sinônimas e tratam de delitos que envolvem, direta ou indiretamente, a supressão ou redução de imposto ou contribuição.
- E** A tipificação de um ilícito tributário deve se restringir a infrações de maior potencial lesivo, deixando aquelas de menor gravidade para a esfera administrativa, haja vista o caráter subsidiário do direito penal.

Questão 12

No que se refere à Lei n.º 8.137/1990, é correto afirmar que

- A** define os crimes materiais e formais praticados por particular ou por servidor público contra a ordem tributária.
- B** define os crimes materiais e formais contra a ordem tributária, desde que praticados por particular, uma vez que aqueles praticados por servidor público estão previstos no Código Penal.
- C** define unicamente os crimes formais praticados por particular ou por servidor público contra a ordem tributária.
- D** define apenas os crimes materiais contra a ordem tributária, desde que praticados por particular, uma vez que aqueles praticados por servidor público estão previstos no Código Penal.
- E** define unicamente os crimes materiais praticados por particular ou por servidor público contra a ordem tributária.

Questão 13

Conforme as disposições do Código Penal, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declarar e confessar as contribuições, importâncias ou valores e, na forma definida em lei ou regulamento, prestar as informações devidas à previdência social

- A** antes do oferecimento da denúncia.
- B** antes do trânsito em julgado da sentença.
- C** antes do término da ação fiscal.
- D** antes do início da ação fiscal.
- E** antes do recebimento da denúncia.

Questão 14

Com base no Código Penal e no que diz respeito ao crime de sonegação de contribuição previdenciária, na hipótese em que o agente for primário e com bons antecedentes, o juiz poderá

- A** reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa, desde que o valor das contribuições devidas, incluídos os acessórios, seja inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.
- B** aplicar unicamente a pena de multa, desde que o valor das contribuições devidas seja inferior a R\$ 100.000.
- C** deixar de aplicar a pena, desde que o valor das contribuições devidas seja inferior a R\$ 100.000.
- D** aplicar unicamente a pena de multa, desde que o valor das contribuições devidas, excluídos os acessórios, seja inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.
- E** aplicar unicamente a pena de multa, desde que o valor das contribuições devidas, incluídos os acessórios, seja inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

Questão 15

Com referência à ação penal e às sanções previstas para os crimes contra a ordem tributária, assinale a opção correta, considerando a disciplina legal da Lei n.º 8.137/1990.

- A** Se a sonegação fiscal causar grave dano à coletividade, a pena poderá ser aplicada em dobro.
- B** Em regra, os crimes contra a ordem tributária são de ação penal pública condicionada à representação do órgão fazendário responsável pela apuração do crédito.
- C** O coautor ou partícipe que, por meio de confissão espontânea, revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- D** A pena de multa poderá ser aumentada em até dez vezes, caso o juiz, considerando o ganho ilícito e a situação econômica do réu, verifique a insuficiência do montante, não podendo, contudo, reduzi-la, caso constate excessiva onerosidade.
- E** Todos os delitos previstos na Lei n.º 8.137/1990 são punidos com a pena de reclusão.

Questão 16

A Lei n.º 8.137/1990 prevê como crime a conduta de deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento. Essa situação configura crime

- A** formal e material, e praticado por particular ou funcionário público contra a ordem tributária, respectivamente.
- B** material e praticado por particular contra a ordem tributária.
- C** formal e praticado por particular contra a ordem tributária.
- D** material e praticado por funcionário público contra a ordem tributária.
- E** formal e praticado por funcionário público contra a ordem tributária.

Questão 17

Assinale a opção correta, no que se refere a crimes praticados por servidores públicos contra a ordem tributária.

- Ⓐ Quem patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, comete o delito de advocacia administrativa.
- Ⓑ Aquele que aceita promessa de vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente, comete crime contra a ordem tributária, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício.
- Ⓒ Os referidos crimes são delitos comuns, uma vez que qualquer servidor público pode praticá-los.
- Ⓓ Esses crimes recebem a mesma resposta punitiva, uma vez que são igualmente graves.
- Ⓔ Esses crimes são punidos nas modalidades dolosa e culposa.

Questão 18

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em relação à natureza da conduta do agente que deixa de recolher, de forma reiterada, o valor do ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço e apropria-se do valor do tributo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Trata-se de crime, desde que comprovado o dolo, o qual pode ser aferido, entre outras hipóteses, pelo preço comparativamente baixo da mercadoria e pela criação de embaraços à fiscalização.
- Ⓑ Trata-se unicamente de infração administrativa, pois, ao declarar o imposto na guia própria, o agente afasta a clandestinidade e, portanto, a tipicidade da conduta.
- Ⓒ Trata-se de crime contra a ordem tributária, cujo sujeito passivo é o próprio contribuinte ou responsável tributário.
- Ⓓ Trata-se de crime previsto no Código Penal, pois os delitos previstos na Lei n.º 8.137/1990 se aplicam apenas quando os tributos envolvidos forem de competência da União.
- Ⓔ Trata-se unicamente de infração administrativa, pois o inadimplemento de obrigação fiscal, por si só, não configura crime.

Questão 19

Em crimes contra a ordem tributária, o lançamento definitivo do crédito é

- Ⓐ condição de procedibilidade da ação penal.
- Ⓑ sempre imprescindível para a instauração do respectivo inquérito policial.
- Ⓒ prescindível para que se configure crime material previsto na Lei n.º 8.137/1990.
- Ⓓ condição objetiva de punibilidade, mostrando-se inviável a persecução penal antes de finalizado o procedimento administrativo fiscal, salvo se caracterizado óbice à fiscalização tributária.
- Ⓔ requisito necessário para a consumação do crime de descaminho.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 1**Questão 20**

A gestão digital da informação tributária visa, entre outros objetivos, permitir avanços

- Ⓐ no controle fiscal, na prestação de serviços aos cidadãos e no planejamento tributário das empresas.
- Ⓑ no cumprimento dos princípios de responsabilidade fiscal, na arrecadação das receitas públicas de capital e na prestação de serviços aos contadores.
- Ⓒ no cumprimento dos princípios de responsabilidade fiscal, na prestação de serviços aos cidadãos e no planejamento tributário das empresas.
- Ⓓ no cumprimento dos princípios de responsabilidade fiscal, na arrecadação das receitas públicas de capital e no planejamento tributário das empresas.
- Ⓔ no controle fiscal, na prestação de serviços aos contadores e no planejamento tributário das empresas.

Questão 21

A auditoria tributária, que ordinariamente compreendia a análise dos procedimentos empresariais adotados pelos contribuintes por meio do exame material de seus documentos, livros e declarações econômico-fiscais, passou por enormes transformações nos últimos anos, devido principalmente à utilização crescente pelo fisco de recursos tecnológicos destinados a

- Ⓐ respaldar o fornecimento da informação tributária por meio de declarações eletrônicas prestadas pelos contribuintes.
- Ⓑ acompanhar o nível de desenvolvimento tecnológico dos contribuintes.
- Ⓒ preservar os procedimentos tradicionais de fiscalização.
- Ⓓ processar um controle eficaz dos fluxos de mercadorias entre contribuintes produtores e vendedores.
- Ⓔ processar um controle eficaz dos fluxos de mercadorias entre os contribuintes vendedores e os consumidores.

Questão 22

Um dos objetivos principais do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto n.º 6.022/2007, é

- Ⓐ promover a integração dos fiscos, mediante a padronização das informações gerenciais, respeitadas as restrições legais.
- Ⓑ promover a integração dos fiscos, mediante o compartilhamento das informações gerenciais, respeitadas as restrições legais.
- Ⓒ tornar mais célere a identificação de irregularidades formais, com a melhoria do controle dos processos.
- Ⓓ uniformizar as obrigações principais para os contribuintes, com estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações de diferentes órgãos fiscalizadores dos diversos tributos.
- Ⓔ racionalizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações de diferentes órgãos fiscalizadores dos diversos tributos.

Questão 23

Um dos pilares do SPED concentra-se nos documentos fiscais eletrônicos (DF-es), cuja validade jurídica é garantida

- Ⓐ pela presença de seus registros na escrituração contábil digital (ECD), ou SPED contábil.
- Ⓑ pela assinatura do contador da empresa.
- Ⓒ pela assinatura digital do contribuinte.
- Ⓓ pela presença de seus registros na escrituração fiscal digital (EFD) ou SPED fiscal.
- Ⓔ pela auditoria nos documentos fiscais.

Questão 24

Quando não conseguir emitir notas fiscais eletrônicas por falta de acesso à Internet, o contribuinte

- Ⓐ deverá aguardar o retorno da conexão para fazê-lo.
- Ⓑ deverá emití-las na própria secretaria da fazenda estadual, caso as notas se refiram a mercadorias.
- Ⓒ poderá emití-las em contingência, por meio de um sistema específico de emissão.
- Ⓓ poderá emití-las em papel, excepcionalmente.
- Ⓔ deverá emití-las na própria secretaria de finanças municipal, caso as notas se refiram a mercadorias.

Questão 25

A nota fiscal do consumidor eletrônica (NFC-e), modelo 65, caracteriza-se por destinar-se apenas a

- Ⓐ operações que gerem crédito de ICMS ao adquirente.
- Ⓑ vendas presenciais.
- Ⓒ vendas para entrega em domicílio.
- Ⓓ prestação de serviços de profissionais liberais.
- Ⓔ operações internas.

Questão 26

Inclui-se entre os documentos fiscais eletrônicos (DF-es)

- Ⓐ o conhecimento de transporte eletrônico.
- Ⓑ a fatura eletrônica.
- Ⓒ a duplicata eletrônica.
- Ⓓ a contabilidade fiscal digital.
- Ⓔ a promissória eletrônica.

Questão 27

Os fiscos têm desenvolvido inúmeros projetos inovadores, tendo como matéria-prima a informação digital constante dos DF-es, que impactam não apenas o controle e a gestão fiscal das empresas, mas também a prestação de serviços à sociedade. Entre os projetos instituídos, aquele que possibilita cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos e de notificações via agência virtual é o

- Ⓐ manifesto eletrônico de documentos fiscais.
- Ⓑ processo administrativo fiscal eletrônico.
- Ⓒ domicílio tributário eletrônico.
- Ⓓ recurso fiscal eletrônico.
- Ⓔ documento de arrecadação eletrônico.

Questão 28

O projeto destinado a realizar, dentro de um padrão único, a identificação, o rastreamento e a autenticação de mercadorias em produção e circulação pelo país é

- Ⓐ o processo administrativo fiscal eletrônico.
- Ⓑ a Agência Fazendária Virtual.
- Ⓒ o domicílio tributário eletrônico.
- Ⓓ o Brasil-ID.
- Ⓔ o operador nacional dos estados.

Questão 29

Assinale a opção que apresenta o nome da tecnologia destinada a proporcionar um controle de toda a cadeia de suprimentos por meio de etiquetas e que permitirá a obtenção de dados específicos sobre a localização, a quantidade e as características dos objetos constituídos com essa marcação.

- Ⓐ rastreamento por satélite
- Ⓑ rastreamento por sinais eletromagnéticos
- Ⓒ identificação por sinal de celulares
- Ⓓ rastreamento por tecnologia 4G
- Ⓔ identificação por radiofrequência

Questão 30

A adoção simultânea da Escrituração Contábil Digital (ECD), da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e da Escrituração Fiscal Digital (EFD) permite, do ponto de vista da governança corporativa, um aprimoramento da conformidade fiscal mediante a

- Ⓐ implementação de política de sigilo comercial sobre os dados contábeis.
- Ⓑ realização de cruzamentos preventivos de dados tributários, semelhantes às malhas fiscais.
- Ⓒ dispensa completa da impressão de quaisquer documentos fiscais, ainda que auxiliares.
- Ⓓ cooperação em tempo real entre o fisco e o contribuinte para a redução da carga tributária.
- Ⓔ desobrigação de prestar informações ao fisco em procedimentos administrativos.

Questão 31

A guarda das informações fiscais em formato digital pelos contribuintes pressupõe

- Ⓐ a adoção de métodos de armazenamento e cópia que assegurem a sua redundância.
- Ⓑ o aumento de investimento em estrutura de informática de conteúdo nacional.
- Ⓒ o prejuízo a mecanismos de tomada de decisão outrora baseados em informações armazenadas fisicamente.
- Ⓓ o incremento da eficiência estratégica em detrimento da conformidade legal.
- Ⓔ a manutenção de documentos físicos de corroboração da escrituração digital.

Questão 32

A virtualização da fiscalização tributária pode aumentar os custos de conformidade fiscal dos contribuintes, tornando atraente a opção de sonegação. Para reduzir esse incentivo à sonegação, a administração tributária deve

- Ⓐ adotar a certificação de fornecedores de tecnologia da informação.
- Ⓑ celebrar acordos de nível de serviço (*service level agreement* — SLA) com fornecedores.
- Ⓒ propiciar a adesão facultativa dos contribuintes aos mecanismos de fiscalização digital.
- Ⓓ aprimorar a legislação tributária mediante a ampliação do valor das sanções por descumprimento de obrigações acessórias.
- Ⓔ adotar legislação tributária clara e simples que facilite o cumprimento voluntário das obrigações pelo contribuinte.

Questão 33

A promoção da cidadania tributária é uma preocupação inescapável da administração tributária moderna. A adoção do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e dos Documentos Fiscais Eletrônicos (DF-es) tem contribuído decisivamente para essa política pública por intermédio da

- Ⓐ manutenção de documentos auxiliares aos DF-es em formato físico.
- Ⓑ utilização da informação para a prestação de serviços ao cidadão.
- Ⓒ adoção da certificação digital do contribuinte para acesso às agências fazendárias virtuais.
- Ⓓ implementação do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e).
- Ⓔ disponibilização de serviços fazendários na Internet.

Questão 34

Os Documentos Fiscais Eletrônicos (DF-es), devidamente certificados e assinados eletronicamente, são dotados dos atributos da autenticidade, integridade, irrefutabilidade e confidencialidade. Devido a esses atributos, os DF-es são as provas por excelência da ocorrência de fatos geradores tributários. Em virtude de sua relevância, as medidas de gestão corporativa para garantir a integridade fiscal dos DF-es incluem

- A a aferição do cumprimento dos requisitos internos de conformidade e da lei comercial.
- B o foco prioritário em estratégias reativas em face dos riscos fiscais.
- C a busca ativa de divergências e omissões na apuração e no recolhimento dos tributos declarados nos DF-es.
- D a governança fiscal independente dos objetivos estratégicos da empresa.
- E o tratamento das informações fiscais e contábeis independentemente do planejamento tributário.

Questão 35

A governança corporativa moderna tem exigido uma postura ativa e preditiva das empresas na gestão das obrigações fiscais. A principal razão dessa exigência é

- A a ampliação do quadro funcional da administração tributária.
- B o aumento da cultura de *compliance* como valor da governança corporativa.
- C a possibilidade de verificação e acompanhamento em tempo real da informação contábil pelo fisco.
- D a convergência do paradigma brasileiro de contabilidade ao modelo internacional.
- E a necessidade de redução de custos com a litigância administrativa e judicial.

Questão 36

A amplitude de processamento de informações fiscais possibilitada pelos novos instrumentos e obrigações tributárias digitais exige que a administração, para alcançar a justiça na arrecadação, exerça suas prerrogativas fiscalizatórias com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. O exercício da fiscalização proporcional e razoável implica

- A a aplicação imediata e célere de sanções pecuniárias, reduzindo o custo de fiscalizações e cruzamentos de informação.
- B a dispensa do cumprimento de obrigações legalmente estabelecidas quando se verificar a ausência de dolo do agente.
- C a disponibilização célere aos contribuintes de provas de inconsistências encontradas, possibilitando sua pronta correção.
- D o detalhamento minudente da legislação tributária, de maneira a estabelecer obrigações exaustivas, com redundância necessária ao cruzamento de informações.
- E a transferência de obrigações de monitoramento de obrigações contábeis às unidades de controle interno das próprias empresas.

Questão 37

A adoção de Documentos Fiscais Eletrônicos (DF-es) gera externalidades positivas não tributárias em prol da sociedade e do Estado, como, por exemplo,

- A a possibilidade de controle social das compras públicas por publicação das NF-es respectivas.
- B o aprimoramento da eficiência da fiscalização tributária sobre as empresas.
- C a elevação dos custos da conformidade fiscal.
- D o aumento da identificação de indícios de sonegação e sua pronta punição.
- E a ampliação do valor arrecadado em função de multas fiscais.

Questão 38

No direito e na contabilidade, é clássica a distinção entre a escrituração comercial e a escrituração fiscal da empresa. A primeira tem como destinatários sócios e potenciais investidores do negócio, enquanto a segunda tem por destinatária a administração tributária, no interesse da fiscalização e arrecadação. Contudo, a adoção do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) tem gerado, da perspectiva da governança corporativa, uma aproximação prática entre as finalidades dos chamados “SPED Contábil” e “SPED Fiscal” em virtude da

- A necessidade de aproximação entre a estratégia de negócios e a conformidade fiscal da empresa.
- B uniformização de critérios de apuração comercial e fiscal de receitas pelo Decreto n.º 6.022/2007.
- C necessidade de racionalização das obrigações tributárias dos contribuintes.
- D utilização dos Documentos Fiscais Eletrônicos com finalidade exclusivamente comercial.
- E integração operacional do fisco federal e dos fiscos estaduais, municipais e distrital.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 2 E CONTABILIDADE GERAL

Questão 39

De acordo com o Regulamento do ICMS do estado de Roraima, o auditor fiscal de tributos estaduais poderá exigir, com fundamento legal, os livros e os documentos fiscais

- A de todas as pessoas jurídicas, mas não das pessoas físicas, pelo prazo mínimo de cinco anos contados do exercício do encerramento dos livros ou da emissão dos documentos, ou enquanto não decair o direito da fazenda pública de constituir o crédito tributário.
- B de todas as pessoas, naturais ou jurídicas, que deverão ser guardados pelo prazo mínimo de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador, ou enquanto não se prescrever o direito da fazenda pública de constituir o crédito tributário.
- C de todas as pessoas, naturais ou jurídicas, pelo prazo mínimo de cinco anos contados do exercício seguinte ao do encerramento dos livros ou da emissão dos documentos, ou enquanto não decair o direito da fazenda pública de constituir o crédito tributário.
- D de todas as pessoas, naturais ou jurídicas, pelo prazo mínimo de cinco anos contados do exercício de encerramento dos livros ou da emissão dos documentos, ou enquanto não se prescrever o direito da fazenda pública de constituir o crédito tributário.
- E de todas as pessoas jurídicas, mas não das pessoas naturais, pelo prazo mínimo de cinco anos contados do exercício seguinte ao do encerramento dos livros ou da emissão dos documentos, ou enquanto não decair o direito da fazenda pública de constituir o crédito tributário.

Questão 40

De acordo com o Regulamento do ICMS do estado de Roraima e considerando-se a autoexecutoriedade dos atos de fiscalização fazendária, o auditor fiscal de tributos estaduais

- Ⓐ não poderá requisitar o acesso a sistemas de processamento de dados e meios magnéticos abrangidos pelo sigilo bancário.
- Ⓑ não poderá requisitar o acesso a sistemas de processamento de dados e meios magnéticos abrangidos pelo sigilo telemático.
- Ⓒ poderá requisitar o acesso a sistema de processamento de dados ou a meios magnéticos mediante intimação escrita.
- Ⓓ não poderá efetuar o lacre de móveis ou arquivos sem determinação judicial.
- Ⓔ poderá requisitar o acesso às dependências internas do estabelecimento por meio de procedimento judicial.

Questão 41

Nos termos do RICMS-RR, é obrigatória a parada, nos postos de fiscalização, fixos ou móveis, mantidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, de veículos

- Ⓐ oficiais no exercício de função pública.
- Ⓑ privados de pessoas jurídicas, mesmo que não estejam transportando passageiros ou cargas.
- Ⓒ de pessoas físicas sem transporte de passageiro ou de carga.
- Ⓓ agrícolas, mesmo que não estejam transportando mercadorias.
- Ⓔ de transporte de mercadoria que consista em animais vivos destinados ao abate.

Questão 42

De acordo com o RICMS-RR, com relação às obrigações funcionais, o contabilista ou a organização contábil

- Ⓐ não pode exercer a guarda de livros e documentos fiscais, o que deve ser feito pelo contribuinte.
- Ⓑ não deve comunicar à repartição fiscal o abandono ou o encerramento das atividades do contribuinte sem os procedimentos previstos para a baixa.
- Ⓒ deve comunicar à Secretaria de Estado da Fazenda, em até 30 dias, quando deixar de deter a responsabilidade pela escrita contábil ou fiscal do contribuinte.
- Ⓓ deve sempre deixar documentos e livros fiscais à disposição do fisco nos horários de funcionamento dos órgãos de fiscalização.
- Ⓔ não pode ser responsabilizado ou descredenciado para fins de guarda de documentos ou livros fiscais.

Questão 43

De acordo com o RICMS-RR, o procedimento fiscal tem início com

- Ⓐ a intimação, que pode se dar por escrito ou de forma verbal, em virtude de infração às normas tributárias.
- Ⓑ o lançamento do tributo, nos casos de impostos cujo lançamento ocorra de ofício.
- Ⓒ a lavratura de termo de apreensão de mercadorias, em virtude de infração às normas tributárias.
- Ⓓ a lavratura de termo de lacre de documentos ou livros contábeis.
- Ⓔ o envio da declaração do referido tributo, no caso de impostos cujo lançamento se dê por homologação.

Questão 44

Consoante o art. 850 do RICMS-RR, encerrados os trabalhos, será lavrado o Termo de Conclusão de Fiscalização, no qual sempre deverá constar

- Ⓐ a descrição dos tributos dos quais foi constatado atraso de recolhimento.
- Ⓑ o número e a data do auto ou dos autos de infração.
- Ⓒ o motivo da autuação e os dispositivos legais utilizados.
- Ⓓ a descrição pormenorizada de todos os livros e documentos auditados.
- Ⓔ a qualificação e os dados cadastrais do contribuinte ou do responsável submetido à ação fiscal.

Questão 45

Conforme o RICMS-RR, o auditor fiscal poderá requisitar auxílio das forças policiais quando for

- Ⓐ vítima de embaraço no exercício de suas funções, por intermédio da Procuradoria do Estado.
- Ⓑ necessário para efetivar as medidas acauteladoras de interesse do fisco, por intermédio de pedido judicial da Procuradoria do Estado.
- Ⓒ vítima de calúnia, injúria ou difamação durante o horário de expediente.
- Ⓓ necessário para efetivar as medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido como crime ou contravenção penal.
- Ⓔ vítima de embaraço, desde que configure fato definido em lei como crime ou contravenção penal.

Questão 46

Nos termos do RICMS-RR, é dispensável a lavratura dos termos de início e de conclusão de fiscalização no caso de

- Ⓐ omissão ou prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias.
- Ⓑ falta de escrituração de documento fiscal.
- Ⓒ descumprimento de obrigações tributárias principais.
- Ⓓ simulação de negócio jurídico para dissimular a ocorrência do fato gerador.
- Ⓔ adulteração de documento ou livro fiscal.

Questão 47

Conforme o RICMS-RR, as diligências de fiscalização poderão ser repetidas, desde que

- Ⓐ não tenha sido lançado o tributo correspondente.
- Ⓑ não tenha sido arrecadado o tributo correspondente.
- Ⓒ não se relacionem a um mesmo período de tempo anteriormente fiscalizado.
- Ⓓ não se relacionem a um mesmo fato anteriormente fiscalizado.
- Ⓔ não tenha decaído o direito de lançar o tributo ou de impor penalidade.

Questão 48

De acordo com o RICMS-RR, para a apuração das operações ou prestações realizadas pelo sujeito passivo, o fisco poderá utilizar quaisquer procedimentos tecnicamente idôneos, como

- Ⓐ aplicação de índices técnicos de produtividade no processo de industrialização ou relacionados à prestação de serviço.
- Ⓑ levantamento quantitativo de mercadorias, independentemente de intimação do contribuinte.
- Ⓒ levantamento quantitativo financeiro mediante a intimação prévia do contribuinte para o acompanhamento físico da diligência.
- Ⓓ contagem física de mercadorias, cuja recusa da intimação implica a desistência tácita da interposição de recurso administrativo.
- Ⓔ contagem física de mercadorias, desde que autorizada expressamente pelo contribuinte.

Questão 49

Segundo o RICMS-RR, será presumida operação ou prestação tributável não registrada quando se constatar

- Ⓐ pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e passivos em valor inferior às disponibilidades do período.
- Ⓑ insuficiência de caixa sem comprovação da destinação do numerário.
- Ⓒ diferença entre o movimento tributável médio apurado em regime especial de fiscalização e o registrado nos doze meses imediatamente anteriores.
- Ⓓ existência de despesas ou dívidas não pagas em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte.
- Ⓔ efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte, mesmo quando, em contrário, provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

Questão 50

Em consonância com o RICMS-RR, o encargo de fiel depositário

- Ⓐ é atribuído a terceiro, que não tem responsabilidade sobre a deterioração da mercadoria.
- Ⓑ é atribuído a terceiro, porque a mercadoria jamais poderá ser confiada a guarda e depósito do próprio autuado.
- Ⓒ pode recair sobre pessoa física não contribuinte.
- Ⓓ é realizado mediante indicação do autuado, a qual não poderá ser rejeitada pela autoridade fazendária.
- Ⓔ não permite a negociação, a alienação ou a transferência, a qualquer título, da mercadoria apreendida.

Questão 51

Com referência aos contabilistas e às organizações contábeis credenciados para a guarda de livros e documentos fiscais, julgue os seguintes itens.

- I Poderão ser descredenciados se for constatada ação ou omissão que contribua para a prática de infrações à legislação tributária.
- II Poderão ser descredenciados em caso de embaraço à fiscalização.
- III Poderão ser descredenciados em caso de descumprimento de qualquer obrigação exigida pelo Conselho Regional de Contabilidade competente.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 52

A espontaneidade do sujeito passivo relativamente aos fatos já ocorridos é afastada em caso de

- Ⓐ comunicação verbal, para prestar esclarecimentos à fiscalização tributária.
- Ⓑ lavratura de termo de início de fiscalização.
- Ⓒ agendamento de visita do auditor fiscal.
- Ⓓ infração à norma tributária.
- Ⓔ prática de ato de evasão fiscal.

Questão 53

Configura o encerramento da diligência de fiscalização

- Ⓐ a emissão do ato designatório.
- Ⓑ o transcurso de sessenta dias do início da ação fiscal.
- Ⓒ a entrega, pelo contribuinte, dos livros e documentos fiscais requeridos pela autoridade fiscal.
- Ⓓ a lavratura do termo de início de fiscalização.
- Ⓔ a lavratura do auto de infração, salvo se relativo a embaraço de fiscalização.

Questão 54

Considere que um auditor fiscal, durante seus trabalhos, tenha encontrado os eventos descritos nos itens a seguir.

- I Um veículo, pertencente a um dos sócios, foi transferido para a empresa e, a seguir, alienado. A existência do veículo e a sua transferência para a empresa e, depois, para terceiro foram comprovadas, mas o valor da transação foi abaixo do praticado no mercado.
- II Foi registrado um ingresso de R\$ 100 mil em conta-corrente, oriundos do recebimento de títulos descontados, mas as notas fiscais associadas a esses títulos apresentavam indícios de simulação de vendas.
- III O recebimento de um mesmo título, no valor de R\$ 10 mil, foi registrado duas vezes na conta-caixa da empresa.

Nessa situação hipotética, caracteriza(m) possível ocorrência de operação ou prestação tributável não registrada o(s) evento(s) descrito(s)

- Ⓐ no item I apenas.
- Ⓑ no item II apenas.
- Ⓒ nos itens I e III apenas.
- Ⓓ nos itens II e III apenas.
- Ⓔ nos itens I, II e III.

Questão 55

O regime especial de controle e fiscalização previsto no RICMS-RR implica

- Ⓐ a adoção de novo regime de tributação para o contribuinte.
- Ⓑ a possibilidade de implantação de plantão permanente da receita estadual no estabelecimento do contribuinte.
- Ⓒ a adoção de medidas especiais em lugar de quaisquer outras penalidades previstas na legislação tributária.
- Ⓓ a adoção cumulativa de um conjunto de medidas em relação ao contribuinte ou a grupo de contribuintes.
- Ⓔ que as notas fiscais utilizadas terão de ser previamente visadas por um agente fiscal.

Questão 56

A contar da data de recebimento do laudo de avaliação, o leilão administrativo de mercadoria considerada abandonada será realizado em prazo

- Ⓐ máximo de 15 dias.
- Ⓑ inferior a 30 dias.
- Ⓒ maior que 30 dias e menor que 45 dias.
- Ⓓ não inferior a 30 dias nem superior a 60 dias.
- Ⓔ maior que 30 dias e menor que 60 dias.

Questão 57

Compete ao presidente da comissão de leilão de mercadoria considerada abandonada

- A identificar os licitantes e seus lances.
- B expedir os documentos necessários à realização do leilão.
- C descrever os lotes que serão leiloados e anunciar o lance mínimo admitido para cada lote.
- D nomear o avaliador que emitirá laudo com estimativa do valor das mercadorias.
- E escolher um secretário e um coletor de preços para compor a comissão.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Questão 58**

Conforme a estrutura organizacional da SEFAZ/RR, adotar providências de enfrentamento à fraude tributária é atribuição

- A do Departamento da Receita.
- B da Coordenadoria de Inteligência Fiscal.
- C da Secretaria de Fazenda.
- D da Divisão de Fiscalização de Estabelecimentos.
- E da Divisão de Informações Econômico-Fiscais.

Questão 59

São subordinadas à Diretoria da Receita e ao Departamento da Receita, respectivamente,

- A a Divisão de Substituição Tributária e a Divisão de Parcelamento de Tributos Estaduais.
- B a Divisão de Fiscalização de Estabelecimentos e a Divisão de Tributação.
- C a Divisão de Informações Econômico-Fiscais e a Divisão de Parcelamento de Tributos Estaduais.
- D a Divisão de Tributação e a Divisão de Arrecadação.
- E a Divisão de Arrecadação e a Divisão de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito.

Questão 60

A instância subordinada à Diretoria do Departamento da Receita cuja finalidade é administrar os cadastros de contribuintes e de contabilistas é

- A a Coordenadoria de Inteligência Fiscal.
- B a Divisão de Fiscalização de Estabelecimentos.
- C o Posto Fiscal.
- D a Agência de Rendas.
- E a Divisão de Informações Econômico-Fiscais.

Questão 61

Após tomar conhecimento de ato dissonante ético, o fazendário tem por obrigação comunicar a ocorrência do ato

- A na mesma data em que dele tomou conhecimento, por meio de denúncia à corregedoria.
- B em até 10 dias após dele tomar conhecimento, por meio de denúncia à corregedoria.
- C em até 5 dias.
- D em até 30 dias.
- E em até 10 dias.

Questão 62

Segundo os elementos norteadores da ética fazendária, o atendimento e a prestação de esclarecimentos devem ser realizados

- A de forma atenciosa e eficiente.
- B por meio de divulgação em mídia.
- C preferencialmente por meio digital.
- D prioritariamente para grupos internos.
- E exclusivamente para atendimento a ordem judicial.

Questão 63

Compõe a estrutura da Corregedoria Fazendária a

- A Comissão Jurídica.
- B Câmara de Disciplina.
- C Câmara Executiva.
- D Secretaria de Correição.
- E Assessoria Ética.

Questão 64

As atribuições da Corregedoria Fazendária incluem

- A fixar normas e procedimentos relacionados à administração tributária.
- B analisar e processar documentos fiscais que acobertem operações e prestações de entrada e saída de mercadorias e serviços do estado.
- C formalizar crédito tributário e aplicar penalidades, em conformidade com os programas e projetos de ações fiscais aprovados pelo secretário de estado da Fazenda.
- D supervisionar, promover e controlar as seis atividades relacionadas à administração e à cobrança de tributos estaduais.
- E apurar denúncias ou representações de irregularidades.

Questão 65

Quando feita por edital, a intimação realizada pelo Contencioso Administrativo Fiscal deve ser publicada

- A no endereço da administração tributária na Internet.
- B no Diário Oficial do estado.
- C no Diário Oficial da União, para que tenha efeito nacional.
- D por imprensa nacional e, no mínimo, duas vezes.
- E em via impressa a ser disponibilizada na sede física do Contencioso Administrativo Fiscal.

Questão 66

Os prazos para julgamento de primeira instância e liquidação de crédito tributário no processo de rito sumário são, respectivamente, de

- A 20 e 30 dias.
- B 40 e 20 dias.
- C 20 e 15 dias.
- D 30 e 20 dias.
- E 30 e 30 dias.

Questão 67

Aos processos fundados em atraso de pagamento de tributos autolancados e em descumprimento de obrigações acessórias, aplica-se o rito

- A processual.
- B comum.
- C sumário.
- D ordinário.
- E sumaríssimo.

Questão 68

A promoção e a progressão de carreiras no grupo tributação, arrecadação e fiscalização (TAF) obedecem à regra de

- A 1/3 por merecimento e 2/3 por idade.
- B 1/3 por merecimento, 1/3 por antiguidade e 1/3 por idade.
- C 2/3 por merecimento e 1/3 por antiguidade.
- D 2/3 por antiguidade e 1/3 por idade.
- E 2/3 por antiguidade e 1/3 por merecimento.

▼ Questão 69

É permitido ao ocupante do TAF ausentar-se do trabalho

- Ⓐ por até 1 dia para alistamento eleitoral e por até 5 dias para casamento.
- Ⓑ por até 5 dias por falecimento de irmãos e por até 1 dia para alistamento eleitoral.
- Ⓒ por até 8 dias em razão de falecimento de cônjuge e por até 2 dias para doação de sangue.
- Ⓓ por até 2 dias para alistamento eleitoral e por até 1 dia para doação de sangue.
- Ⓔ por até 3 dias por falecimento de madrasta ou padrasto e por até 8 dias por falecimento de filhos.

▼ Questão 70

As sanções disciplinares para negligência no exercício das funções e violação intencional do dever funcional são, respectivamente,

- Ⓐ repreensão e demissão.
- Ⓑ advertência e suspensão.
- Ⓒ repreensão e advertência.
- Ⓓ suspensão e repreensão.
- Ⓔ advertência e repreensão.

Espaço livre